

PROJETO DE LEI Nº, , DE 2001
(Deputado PAULO OCTÁVIO)

Acrescenta dispositivo ao art. 52 e altera a redação do inciso III, do art. 55, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 52 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigor acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 52.
.....

§ 3º Os Tribunais de Justiça Desportiva das entidades nacionais de administração do desporto terão sede no Distrito Federal”.

Art. 2º O inciso III, do art. 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 55.....
.....

I -

II -

III - três advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de cento e vinte dias para que os Tribunais de Justiça Desportiva referidos se adaptem ao disposto nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É evidente que, como pólo de irradiação política, a Capital Federal deve aglutinar as entidades que se constituem com objetivos nacionais, a fim de que não se estabeleçam processos discriminatórios, em função de regionalismos ditados até por influências estranhas aos objetivos precípuos dos organismos interessados.

Por uma questão de economia processual, recomenda-se a integração dessas entidades na mesma região, facilitando, assim, a melhor operacionalidade de suas atividades, seja em razão de relacionamentos necessários com órgãos públicos, seja, também, à vista da facilidade de comunicação entre as próprias entidades representativas.

A presente iniciativa tem o escopo de determinar que os Tribunais de Justiça Desportiva das entidades nacionais de administração de desporto tenham sede no Distrito Federal.

Tendo em vista o seu caráter nacional, entendemos dever-se aplicar a esses órgãos procedimento análogo ao adotado para a transferência de órgãos federais para a capital federal.

Estamos convencidos de que a manutenção de tais órgãos equidistantes de pressões e paixões regionais será fundamental para a autonomia e independência de suas decisões.

A alteração proposta no inciso III, do art. 55, visa transferir da OAB - que, na prática, é a Seccional do Estado sediado - para o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a indicação de três membros do Tribunal de Justiça Desportiva. Dessa forma, evitar-se-á interferências ou pressões de interesses regionais nas decisões do Tribunal. Nesse cenário, o Conselho Federal da OAB poderá avaliar, discricionariamente, a necessidade de indicações caso a caso, valendo dizer que o mesmo poderá delegar à Seccional Estadual as indicações mencionadas.

Não obstante a relevância dos argumentos expostos, a matéria está amparada pelo § 1º, do artigo 217, da Constituição Federal, que estabelece que as instâncias da Justiça Desportiva serão reguladas por legislação própria, como é o caso da fixação do seu domicílio.

Essas são as razões que nos movem a apresentar à consideração desta Casa a presente iniciativa, solicitando aos nobres pares que lhe prestem apoio.

Sala das Sessões, de de 2001.

Deputado *PAULO OCTÁVIO*
Vice-Líder do PFL